

### **Dados sobre Tabaco e Pobreza: um círculo vicioso**

O cenário mundial mostra que embora o consumo de cigarros venha caindo na maioria dos países desenvolvidos, o seu consumo global aumentou em torno de 50% durante o período de 1975 a 1996, principalmente, por conta do aumento observado em países em desenvolvimento.

Atualmente, dos cerca de 1,1 bilhão de fumantes existentes no mundo, 80% vivem em países em desenvolvimento e dos 100.000 jovens que começam a fumar a cada dia, 80% são de países em desenvolvimento (World Bank, 1999).

Na maioria dos países existe uma correlação entre tabagismo, baixa renda e baixo nível de escolaridade. Na China, indivíduos com nenhuma escolaridade têm uma probabilidade cerca de 7 vezes maior de serem fumantes do que indivíduos que têm o terceiro grau. No Brasil, entre os grupos de indivíduos com baixo nível de escolaridade essa probabilidade é 5 vezes maior (World Bank, 2003).

Pesquisas mostram que 80% das pessoas que consomem tabaco apresentam algum grau de dependência química à nicotina (Cinciprin et al., 1997), o que leva muitos chefes de famílias de baixa renda a usarem para a compra de cigarros, parte dos recursos de sua já reduzida renda familiar, que poderia ser usada para a aquisição de alimentos, lazer ou mesmo para a preservação da sua saúde e de sua família.

Em Bangladesh, por exemplo, foi estimado que se as pessoas pobres não fumassem, menos 10,5 milhões de pessoas seriam desnutridas. Já na China e na Índia, as evidências mostram a existência de uma forte correlação entre tabagismo e tuberculose (World Bank, 2003; European Commission, 2003; OECD & WHO, 2001).

Essa situação é agravada pelo fato de que em muitos países, incluindo o Brasil, o cigarro é muito mais acessível economicamente do que alimentos. Um estudo que comparou o custo de um maço de cigarros com o custo de 1 quilo de pão, usando o índice “minutos de trabalho necessários para comprar ambos os itens”, mostrou que no Brasil o custo de um quilo de pão chega a ser quase três vezes maior do que o custo de 1 maço de cigarros (Guidon et al., 2002).

▼ O reconhecimento dessa necessidade tem levado o Governo Brasileiro a investir de forma crescente no Programa Nacional de Controle do Tabagismo, que é coordenado pelo Ministério da Saúde, através do Instituto Nacional de Câncer (INCA), há cerca de 15 anos. Atualmente, diversas medidas intersetoriais vêm sendo adotadas no País, dentre elas, podemos destacar: leis que proíbem a propaganda dos produtos de tabaco em televisão, revistas, jornais e outdoors; leis que proíbem fumar em ambientes públicos fechados; leis que regulam os produtos de tabaco quanto aos seus conteúdos e emissões; leis que regulam as atividades de promoção e as atividades de venda dos mesmos; implementação de ações educativas em escolas, ambientes de trabalho e unidades de saúde e de ações para aumentar o acesso da população ao tratamento da dependência da nicotina no sistema de saúde pública nacional (Sistema Único de Saúde – SUS); e adoção de medidas e estratégias para controlar o mercado ilegal de cigarros que tem aumentado no Brasil, desde o início da década passada.

Essas ações têm trazido significativos resultados em termos de redução do consumo de tabaco. O consumo per capita de cigarros no Brasil tem registrado nas duas últimas décadas um importante declínio: entre 1989 e 2002, houve uma queda de cerca de 32 %, mesmo com o crescimento do mercado informal de cigarros (contrabandeados e falsificados)<sup>1</sup>[1] que, atualmente, atinge entre 35-40% do mercado nacional (Cavalcante et al., 2003).

**Agregue-se às evidências verificadas através da análise de consumo per capita de cigarros, pesquisa realizada pelo INCA no município do Rio de Janeiro, em 2001, que apurou o perfil dos fumantes. Através da comparação dos resultados desta pesquisa e da Pesquisa Nacional de Saúde e Nutrição (PNSN) de 1989, a prevalência de fumantes caiu de 30% em 1989 para 21% em 2001 (Figueiredo, 2002). Porém, os resultados das duas pesquisas mencionadas mostraram que a concentração do tabagismo foi maior na população de baixa renda e de menor escolaridade.**

---

Dentre os fatores sociais destacam-se o menor acesso à informação, à educação e à assistência à saúde nas classes sociais menos favorecidas. Esses fatores são potencializados por estratégias de mercado que estimulam o consumo ao mesmo tempo em que facilitam o acesso das populações de baixa renda e escolaridade aos produtos de tabaco, sobretudo aos cigarros.

Na perspectiva do consumo, essa relação vincula-se à renda que os trabalhadores dependentes de tabaco disponibilizam para a aquisição dos produtos derivados do tabaco. Na perspectiva da produção agrícola de tabaco, essa relação ocorre no âmbito dos problemas de saúde e da perda de qualidade de vida impostos aos fumicultores pelas regras de produção estabelecidas pela indústria do tabaco a fim de garantir resultados, tanto em quantidade, quanto em qualidade.

**Em 2001, um inquérito realizado pelo INCA no município do Rio de Janeiro, mostrou que embora a prevalência de fumantes tenha diminuído, a proporção de fumantes entre pessoas de baixas renda e escolaridade manteve-se maior do que entre os grupos de maior renda e escolaridade. Entre os analfabetos e entre as pessoas com grau de escolaridade de 1 a 4 anos, a prevalência foi de 26% para ambos os grupos de escolaridade, quase 50% maior do que a prevalência observada nos grupos que apresentavam de 9 a 11 anos de estudo e com mais de 12 anos de estudo, que registrou 17% para cada um dos grupos. A mesma tendência foi observada nos grupos classificados pela faixa de renda: a prevalência de tabagismo entre as pessoas com renda igual ou menor a 2 salários mínimos foi 23,5%, ao passo que entre os que recebiam acima de 20 salários a prevalência de fumantes foi 16,5% .**

As famílias foram agregadas em 10 categorias de acordo com o valor de suas rendas em número de Salários Mínimos (SM), conforme pode ser observado no Quadro 1 abaixo.

**Quadro 1 – Grupos de Renda e Respectivas Faixas Salariais em SM**

Grupos de renda	Faixa Salarial em SM
A	ganho até 2 SM
B	ganho entre 2 e 3 SM
C	ganho entre 3 e 5 SM
D	ganho entre 5 e 6 SM
E	ganho entre 6 e 8 SM
F	ganho entre 8 e 10 SM
G	ganho entre 10 e 15 SM
H	ganho entre 15 e 20 SM
I	ganho entre 20 e 30 SM
J	ganha acima de 30 SM

Fonte: POF 1995-1996 - IBGE – Elaboração das autoras

Ao se comparar a proporção da renda familiar despendida com derivados do tabaco entre os 10 grupos categorizados pela renda familiar, observa-se que a fatia de renda familiar gasta com tabaco chega a ser quase 8 vezes maior nas famílias com rendimento menor ou igual a 2 salários mínimos (2,95%), do que à gasta pelas famílias com renda acima de 30 salários mínimos (0,38%).

**Porcentagem da renda gasta com fumo e com itens essenciais**

Grupo	Tabaco	Higiene e cuidados pessoais	Remédios	Educação	Transporte
A	<b>2,95%</b>	<b>2,05%</b>	4,86%	<b>1,39%</b>	9,18%
B	<b>2,54%</b>	<b>1,74%</b>	3,56%	<b>1,43%</b>	9,20%
C	<b>2,17%</b>	<b>2,02%</b>	3,49%	<b>1,75%</b>	10,78%
D	<b>1,83%</b>	2,19%	3,18%	1,87%	10,53%
E	<b>1,78%</b>	1,96%	2,76%	2,09%	10,69%
F	<b>1,82%</b>	<b>1,77%</b>	2,59%	2,21%	10,15%
G	<b>1,24%</b>	1,60%	2,22%	3,03%	10,63%
H	<b>1,19%</b>	1,33%	1,94%	3,96%	11,28%
I	<b>0,70%</b>	1,46%	1,79%	4,47%	10,31%
J	<b>0,38%</b>	0,86%	1,01%	3,98%	9,12%

Fonte: POF 1995-1996 - IBGE – Elaboração das autoras

Em relação aos gastos com alimentação, a comparação foi realizada entre o consumo de produtos derivados do fumo e itens de necessidade básica para a alimentação de uma família (Tabela 3).

**Tabela 3: Porcentagem dos gastos com fumo e com itens básicos de alimentação**

<b>Itens</b>	<b>Grupo A</b>	<b>Grupo B</b>	<b>Grupo C</b>	<b>Grupo D</b>	<b>Grupo E</b>	<b>Grupo F</b>	<b>Grupo G</b>	<b>Grupo H</b>	<b>Grupo I</b>	<b>Grupo J</b>
<b>Fumo (tabaco)</b>	<b>2,95%</b>	<b>2,54%</b>	<b>2,17%</b>	<b>1,83%</b>	<b>1,78%</b>	<b>1,82%</b>	<b>1,24%</b>	<b>1,19%</b>	<b>0,70%</b>	<b>0,38%</b>
Arroz	4,27%	3,90%	4,17%	4,88%	2,93%	2,79%	2,19%	1,53%	1,56%	1,13%
Feijão	3,10%	2,72%	2,48%	2,71%	1,79%	<b>1,47%</b>	<b>1,16%</b>	<b>0,71%</b>	0,90%	0,68%
Macarrão	<b>1,19%</b>	<b>1,36%</b>	<b>1,26%</b>	<b>0,99%</b>	<b>0,94%</b>	<b>0,90%</b>	<b>0,85%</b>	<b>0,58%</b>	<b>0,66%</b>	0,58%
Legumes e Verduras	<b>2,73%</b>	2,84%	2,87%	2,58%	2,66%	2,52%	2,44%	2,26%	1,97%	2,09%
Frutas	3,47%	4,02%	4,21%	4,14%	4,41%	4,28%	4,76%	4,26%	4,30%	4,47%
Carne bovina (de 1ª)	3,40%	4,68%	4,80%	5,28%	5,92%	5,79%	6,00%	6,10%	6,33%	4,82%
Carne bovina (de 2ª)	4,33%	4,37%	4,44%	3,79%	3,29%	3,36%	3,14%	2,40%	1,55%	0,87%
Frango	6,76%	5,30%	5,06%	4,81%	4,57%	4,28%	3,49%	3,20%	2,99%	2,32%
Ovo de galinha	<b>1,78%</b>	<b>1,45%</b>	<b>1,35%</b>	<b>1,20%</b>	<b>1,20%</b>	<b>0,83%</b>	<b>0,92%</b>	0,68%	0,79%	0,53%
Leite e derivados	11,46%	11,90%	12,33%	11,62%	10,92%	11,47%	10,83%	9,87%	10,59%	9,43%
Biscoito	<b>2,59%</b>	<b>2,14%</b>	<b>2,10%</b>	1,83%	2,01%	2,14%	1,72%	1,36%	1,56%	1,42%
Café	2,90%	<b>2,23%</b>	2,38%	2,29%	1,87%	<b>1,66%</b>	1,52%	<b>1,02%</b>	1,16%	0,98%

Fonte: POF 1995-1996 – IBGE

**Coordenação de Prevenção e Vigilância**

**Instituto Nacional de Câncer**